


**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO
CEARÁ – CONERH**

1 Aos 21 dias do mês de junho de 2007, foi realizada na sala de reuniões do 2º andar da Secretaria dos
2 Recursos Hídricos, sita na Av. Gal. Afonso A. Lima, s/nº, Ed. SEDUC, bairro Cambé, nesta capital, a
3 44ª Reunião Extraordinária do CONERH, na qual estiveram presentes os seguintes conselheiros: César
4 Augusto Pinheiro/SRH, Paulo Hiran S. Gurgel Mendes/PGE, Maria Zita Timbó Araújo/DNOCS, Luis
5 Acácio de Sousa/APRECE, Antonio Mendes Tabosa/SEPLAG, Dep. Edísio Pacheco/AL, José
6 Wanderley A. Guimarães/SDA e Francisco Adail de C. Fontenele/SEINFRA entre os titulares e Daniel
7 Sanford Moreira/SRH, Ariano Melo Pontes/PGE, Luciana César T. de Melo Lima/ABRH e Carísia
8 Carvalho Gomes/UFC entre os suplentes. A presidência do CONERH foi momentaneamente assumida
9 pelo Dr. Daniel Sanford, uma vez que o Presidente, Dr. César Augusto Pinheiro foi convocado na
10 última hora para uma reunião no Gabinete do Governador do Estado. O Presidente em exercício iniciou
11 a reunião saudando os presentes, agradecendo a presença de todos e justificando a ausência do
12 Presidente. Seguindo, a palavra foi passada ao Secretário Executivo do CONERH, Dr. Antonio Martins
13 da Costa, para verificação do *quorum*, constatando-se que foi atendida a presença mínima. Passando ao
14 item 3 da pauta, no tocante a **ata da reunião anterior**, que havia sido encaminhada aos Srs.
15 Conselheiros juntamente com a convocação para esta reunião, aquela foi aprovada por unanimidade,
16 sem alterações, sendo colhidas as assinaturas dos Srs. Conselheiros que estiveram presentes à reunião
17 passada, ficando a Secretaria Executiva encarregada de colher as dos antigos conselheiros. No item 4,
18 relativo aos **informes**, o Presidente Interino informou que o Presidente estava naquele momento em
19 reunião com o Sr. Governador, buscando recursos para a SRH cumprir com suas atribuições, de forma a
20 garantir a conclusão das obras em andamento e o início das obras planejadas. Dr. Martins informou
21 sobre: a) a renovação das Câmaras Técnicas da SRH (Outorga e Licença) e do CONERH (CTAS e
22 CTECH); b) as Comissões de Usuários que a SRH/COGERH pretendiam implantar nos reservatórios
23 do Estado, aduzindo que em decorrência de possíveis conflitos identificados com relação às Comissões
24 de Usuários do DNOCS e com os Comitês de Bacias Hidrográficas, as atividades estavam suspensas,
25 para avaliação e discussão com o DNOCS e posterior encaminhamento ao CONERH para apreciação;
26 c) o Grupo de Trabalho de Águas Envasadas – GTAS estava discutindo uma minuta de decreto para o
27 setor, que deverá ser apresentada ao CONERH em posterior oportunidade; d) o *site* da SRH, destacando
28 o espaço reservado ao CONERH, com as presenças às reuniões, atas, resoluções, entre outras
29 informações relevantes para os Srs. Conselheiros, permitindo, inclusive, que a sociedade acompanhe o
30 funcionamento deste Conselho; e) o Plano Plurianual – PPA do Estado, que está sendo elaborado com
31 apresentação de demandas pelos comitês, seguindo orientação do atual governo de aumentar a
32 participação social na tomada de decisões de políticas públicas. Neste momento foi aberta oportunidade
33 aos Srs. Conselheiros para apresentar informes, sem manifestação. Seguindo a pauta, passou-se ao item
34 **5.1. referente à posse dos novos Conselheiros**, sendo empossados pelo Presidente em Exercício. O Dr.
35 Martins fez a leitura do ato do Sr. Governador indicando a nova composição do CONERH. Aduziu
36 que com a recente modificação na estrutura institucional do Estado, a nova Secretaria das Cidades
37 assumiu funções semelhantes as da antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SDU, podendo,
38 portanto, tomar assento neste Conselho, a partir da próxima reunião. O Presidente informou que a Casa
39 Civil havia sido convidada a participar da reunião, segundo orientação da nova Gestão Estadual, que
40 recomenda a participação desta Secretaria em todos os conselhos no estado. Questionado sobre a
41 composição do CONERH, Dr. Martins informou que esta é estabelecida na lei nº 11.996/92, de forma
42 nominada, ou seja, a lei indica as instituições e que o Projeto de Lei que tramita na Assembléia
43 Legislativa alterará esta realidade, ao indicar apenas os segmentos que deverão integrar o CONERH,
44 sendo sua composição organizada da forma constante em futuro decreto regulamentar, que permitirá
45 maior flexibilidade de ajuste, no caso de novas alterações institucionais. Informou, ainda, que o
46 mandato dos atuais conselheiros expirará em setembro próximo, mas que várias instituições não
47 substituíram seus representantes, somente aquelas ligadas ao Governo do Estado, em decorrência da
48 mudança ocorrida em janeiro último. Findo este item, deu-se seqüência ao item 5.2, relativo a
49 **apresentação do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos – SIGERH**. Iniciou
50 considerando que o SIGERH é resultado do art. 326 da Constituição Estadual de 1989, que foi
51 regulamentado pela Lei nº 11.996/92, resultante da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
52 ocorrida entre 1988 e 1991, que produziu as diretrizes tanto para os deputados constituintes de 1988/89
53 como para os parlamentares aprovarem a referida lei em 1992. Seguiu sua apresentação mostrando um

54 gráfico ilustrativo do que seria o SIGERH, com seus objetivos, diretrizes e instrumentos, além dos
55 Sistemas de Gestão, Afins e Correlatos, uma matriz de desenvolvimento institucional, sua estrutura
56 organizacional e organograma. Neste instante a Conselheira Zita solicitou uma cópia do regulamento do
57 COMIRH, sendo informada que este foi aprovado pelo Decreto nº 23.038/94, constante do *site* da SRH,
58 no campo reservado à legislação estadual. Concluiu discorrendo sobre o CONERH, suas funções e
59 finalidades, composição e estrutura organizacional. O Conselheiro Adail questionou como se
60 encontrava o Projeto de Lei de Recursos Hídricos na Assembléia Legislativa, sendo informado pelo Dr.
61 Martins que o PL nº 6671/2004 foi enviado àquela Casa Legislativa no início de 2004, para atualizar a
62 lei em vigor, cuja atualização se fazia necessária em decorrência da edição, no âmbito nacional, das Lei
64 nºs 9.433/97, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos e 9.984/2000, que criou a Agência
65 Nacional de Águas – ANA, além de incorporar as experiências adquiridas pela SRH ao longo de mais
66 de 15 anos de existência (àquela época). Referido Secretário Executivo aduziu que ocorreu uma
67 audiência pública naquele ano, ocasião em que deveria ser discutido o PL em tela, mas que na prática
68 questionou-se apenas a cobrança pelo uso da água. Que o governo anterior decidiu suspender a
69 tramitação do projeto, solicitando sua retirada de pauta. Que algumas emendas foram apresentadas por
70 deputados e foram respondidas, ora acatando, ora justificando sua recusa. Que neste período
71 (2004/2007) a SRH sentiu a necessidade de promover novas discussões, que estão em andamento e que
72 em breve uma nova versão será encaminhada à Casa do Povo para discussão e aprovação, uma vez se
73 tratar de matéria urgente. A Conselheira Zita pediu a palavra para se manifestar sobre a necessidade de
74 reformulação urgente da composição do CONERH, de forma a permitir que os comitês de bacias
75 hidrográficas passem a ter assento neste colegiado. Além disso expressou preocupação com a recente
76 alteração da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, que passou a se chamar
77 Secretara de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, de forma a integrar a questão do saneamento.
78 Segundo ela, o que era uma secretaria agora é uma mera Diretoria de Recursos Hídricos, o que
79 enfraquece o sistema nacional e os estaduais de recursos hídricos. Pediu que o CONERH se
80 manifestasse sobre esta alteração através de uma Moção. Dr. Martins entendeu ser oportuno antes do
81 CONERH se manifestar, procurar entender melhor como esta alteração ocorreu e quais as implicações
82 para o setor de recursos hídricos. Citada conselheira completou que no âmbito estadual uma mudança
83 ocorrida no início do Governo anterior havia enfraquecido a gestão dos recursos hídricos estaduais, com
84 a saída da FUNCEME do Sistema SRH para a SECITECE. A Conselheira Carísia demonstrou
85 preocupação com relação à gestão das águas subterrâneas, que deveriam ser inseridas na gestão dos
86 recursos hídricos estaduais, que na sua opinião preocupa-se apenas com as águas superficiais. Dr.
87 Martins destacou a sabedoria do estado ao não aprovar uma legislação específica para as águas
88 subterrâneas, uma vez que estas têm de ser geridas em conjunto com as águas superficiais; que os
89 Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, de forma pioneira, firmaram convênio para gerir de forma
90 compartilhada e integrada suas águas subterrâneas e que, em breve, será assinado um aditivo inserindo
91 a Agência Nacional de Águas neste ajuste. A Conselheira Zita destacou que as águas subterrâneas são
92 estratégicas para o estado, devendo este conhecer melhor suas reservas de forma a planejar seus futuros
93 usos; que o Estado do Ceará, em recente pesquisa, foi considerado o segundo estado brasileiro que
94 melhor faz a gestão dos seus recursos hídricos e que isso era motivo de orgulho e de preocupação, para
95 que se continuasse com o padrão de qualidade existente atualmente. O Conselheiro Luis Acácio
96 questionou sobre a necessidade de uma legislação específica para o uso das águas subterrâneas na
97 região de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, sendo informado pelo Dr. Martins que esta normatização
98 já existe (Decretos nºs 23.067 e 23/068, ambos de 1994), havendo necessidade de melhorar as
99 condições da fiscalização, além da consciência dos usuários com relação a importância da outorga.
100 Findas estas considerações, passou-se ao item 5.3. da pauta, **apresentação do Relatório de Situação**
101 **dos Recursos Hídricos Estaduais**, a cargo do Presidente da COGERH, Dr. Francisco José Coelho
102 Teixeira, que destacou: a evolução da reserva hídrica no período entre 1995/2007, a situação hídrica por
103 bacia (capacidade no início do ano e ao fim da quadra invernos), os açudes que sangraram em 2007,
104 uma relação dos maiores e menores açudes monitorados pela COGERH, com sua situação atual, uma
105 simulação Integrada do Sistema de Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e uma
106 simulação dos açudes Castanhão, Orós e Banabuiú. Finda sua apresentação, o Dr. Teixeira passou a
107 palavra a Sra. Ruth, da Gerência de Desenvolvimento Operacional da COGERH, para uma
108 apresentação (não prevista em pauta) sobre o monitoramento qualitativo das águas dos vales
109 perenizados da Bacia do Jaguaribe e Banabuiú. Neste instante a reunião foi rapidamente interrompida
110 pela chegada do Presidente do CONERH. Retomada a apresentação, A Sr. Ruth expôs sobre o Índice

111 de Qualidade de Água – IQA, os parâmetros utilizados para o cálculo, a inclusão de parâmetros
112 relativos ao uso de agrotóxicos, o valor-qualificação e as classes de irrigação, os resultados entre
113 2004/2006, que foram considerados bons, no geral, as classes de irrigação, que foram consideradas
114 normais e o Índice de Estado Trófico entre 2004/2005. Dr. Martins destacou a necessidade do setor de
115 outorga da COGERH analisar estes dados antes de elaborar pareceres favoráveis ao deferimento de
116 outorgas futuras, principalmente no tocante a piscicultura em tanques-rede. A Conselheira Zita alertou
117 para a necessidade da COGERH também monitorar os açudes do DNOCS com relação à qualidade,
118 repassando estas informações para a ANA, com vistas ao deferimento de outorga nestes lagos
119 artificiais. Dr. Teixeira informou que em julho deste ano os dados relativos à qualidade das águas
120 estarão no *site* da COGERH, permitindo que a população tenha conhecimento da situação e sugeriu que
121 fosse incluída na pauta da próxima reunião uma proposta de Plano de Gestão dos Aquíferos do Apodi e
122 Missão Velha. Terminada a apresentação, retornou-se à pauta, agora no seu item 6, **facultando a**
123 **palavra** aos presentes para manifestações finais. O Conselheiro Hiran se disponibilizou a auxiliar a
124 SRH na tramitação de projetos de lei e minutas de decretos na PGE. A Conselheira Zita solicitou maior
125 interação entre a SRH/COGERH/DNOCS na questão do monitoramento da qualidade. Dr. Martins
126 destacou que o convênio assinado entre a SRH/DNOCS estará vigente até 2008 e que está em fase de
127 elaboração uma minuta de convênio entre SRH/DNOCS/ANA para ser firmado em breve. Destacou a
128 necessidade de implementar o funcionamento dos grupos de integração existentes entre a
129 SRH/DNOCS, previstos tanto na Lei nº 11.996/92 e no citado convênio, que até esta data não
130 funcionaram. Dr. Martins questionou os conselheiros sobre a proposta de inclusão da Secretaria das
131 Cidades no CONERH, na vaga da SDU, que foi aprovada pelos presentes. A Conselheira Zita
132 questionou o Presidente sobre o que seria necessário fazer para a FUNCEME retornar ao Sistema SRH,
133 sendo informada por este que o assunto já foi conversado com o Secretário de Ciência e Tecnologia,
134 tendo este resistido a proposta, que foi levada ao conhecimento do Governador, que se mostrou sensível
135 a idéia, devendo ser articulada com o titular da SECITECE. A Conselheira Zita solicitou, então que o
136 CONERH se manifestasse por meio de Moção, para o Sr. Governador, no sentido de que a FUNCEME
137 retornasse ao Sistema SRH, sendo submetido a votação e aprovada por unanimidade. Dr. Martins
138 destacou que no fim de 2006 foi aprovada uma resolução pelo CONERH criando um Grupo de
139 Trabalho para discutir métodos mais adequados de irrigação, solicitando das entidades presentes que se
140 manifestassem no sentido de indicar os representantes para integrar este grupo e que seriam enviados
141 ofícios neste sentido. O Presidente do CONERH solicitou ao representante da APRECE que articulasse
142 reuniões setoriais para discutir as demandas dos municípios com relação aos recursos hídricos, tendo
143 este se comprometido a agendá-las. A Conselheira Zita destacou a necessidade da SRH ser mais
144 criteriosa com relação à interferência política no licenciamento de obras que não estão previstas no
145 plano Estadual de Recursos Hídricos, que causam interferência nos reservatórios estratégicos do Estado.
146 Dr. Teixeira aduziu ser necessária a realização de estudos sobre os impactos da pequena açudagem para
147 verificar o índice de saturação das bacias hidrográficas, principalmente para subsidiar a tomada de
148 decisões de futuros licenciamento/outorgas. Conselheiro Luis Acácio destacou a questão social dos
149 pequenos açudes, mas Dr. Martins alertou para a necessidade de verificação da eficiência destes. A
150 Conselheira Zita informou que o DNOCS e o comitê Brasileiro de Barragens realizaram seminário para
151 discutir a geração de energia e o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos. Na ocasião o DNOCS
152 lançou um CD, com título “Barragens no Nordeste do Brasil”, contando um pouco da história deste
153 órgão ao longo de 90 anos. Aproveitou para distribuir cópias do CD aos presentes. Informou, ainda,
154 sobre a renovação do CBH-RMF, que contou com mais de cem instituições disputando vagas nos
155 seminários regionais, e que no dia 22 de junho em curso se realizará uma audiência pública sobre o
156 Açude Figueiredo, cujo projeto foi elaborado pela SRH, esclarecendo que o DNOCS já possui oito
157 milhões de reais para custear a desapropriação da área. Após, o Presidente agradeceu a presença de
158 todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Antonio Martins da Costa, Secretário Executivo do CONERH,
159 lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos. Fortaleza, 21 de
160 junho de 2007.


CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO
Daniel Sanford Moreira





JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

Luciana César Torres. M. Lima

MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO

Ana Tereza Marques M. de S. Ponte

ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO

Paulo Henrique P. Neiva Santos

IVAN RODRIGUES BEZERRA


Isabella Lopes Albuquerque

PAULO HIRAN S. GURGEL MENDES

Ariano Melo Pontes

ANTONIO MENDES TABOSA

Francisco Parente Gomes



MARCO AURÉLIO H. DE CASTRO

Carisia Carvalho Gomes

MARISETE DANTAS DE AQUINO

Ângela Maria Fechine D. de Moura

EDÍSIO PACHECO

Neto Nunes



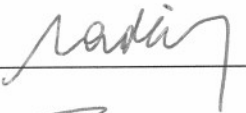
JOSÉ WANDERLEY A. GUIMARÃES

Lauriston Ferreira Gomes Neto



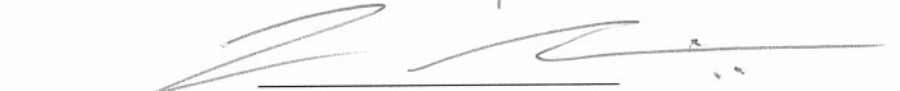
FRANCISCO ADAIL DE C. FONTENELE

Otacílio Borges Filho



LUÍS ACÁCIO DE SOUSA

Antônio Almeida Neto



ANTONIO MARTINS DA COSTA

Maria Eliane S. Cortez

RÉGIS GONÇALVES PINHEIRO

Germana de Mattos B. Góes Giglio

